

## EDITAL Nº 33

### Termo de Referência

#### CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA POR PRODUTO - PESSOA FÍSICA - PARA MODELAGEM DA VITRINE VIRTUAL DE COMPRAS PÚBLICAS

### PROJETO

Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a Advocacia-Geral da União – AGU e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, “BRA/20/023 – Fortalecimento e inovação na atuação da advocacia pública federal”.

#### 1. Função no Projeto e Objeto da Consultoria

Contratação de Consultoria Especializada (uma pessoa física) para elaborar estudos técnicos propositivos sobre a modelagem de procedimentos técnico-jurídicos necessários ao desenvolvimento da Vitrine Virtual de Compras Públicas.

#### 2. Antecedentes

O Projeto Cooperação Técnica Internacional BRA/20/023 - Fortalecimento e inovação na atuação da advocacia pública federal insere-se no contexto de vigência do Acordo Básico de Assistência Técnica, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, entre outras organizações internacionais, promulgado pelo Decreto nº 59.308/1966. Seu objetivo é desenvolver subsídios (estudos, ferramentas e novas metodologias) e implantar e avaliar ações piloto voltadas ao fortalecimento e modernização - tanto administrativa quanto finalística - da advocacia pública federal, priorizando o fomento à inovação.

A Advocacia-Geral da União - AGU é prevista pela Constituição Federal brasileira, com natureza de Função Essencial à Justiça, à qual cabe a representação da União em âmbito nacional e da República Federativa do Brasil em âmbito internacional, a defesa de todos os Poderes na esfera judicial ou extrajudicial e a consultoria e assessoramento dos órgãos do Poder Executivo Federal.

As principais motivações do projeto, alinhadas aos objetivos estratégicos da AGU, são: (i) o desenvolvimento de mecanismos de gestão de conhecimento, relacionados não apenas à realidade interna da instituição mas também aos instrumentos de políticas públicas utilizados pelos órgãos e entidades assessorados, cujo teor é definido conforme a orientação da AGU; (ii) o fortalecimento de processos de desenvolvimento de competências/capacidades; (iii) a produção de subsídios para o fortalecimento da governança e da inovação na instituição.

Nesse sentido, o projeto atuará na apresentação de soluções inovadoras para desafios atuais da advocacia pública, com ganhos de efetividade e de escala, inclusive com a expertise de redes internacionais.

Para possibilitar o alcance do resultado geral do projeto, foram estruturados 5 (cinco) eixos, que correspondem aos resultados intermediários esperados:

1. Estratégia de fortalecimento da atuação jurídica internacional da advocacia pública desenvolvida;
2. Plano de fortalecimento de capacidades institucionais, integração de pessoas, equipes e carreiras para otimização, inovação e modernização da gestão, tanto administrativa quanto finalística, da advocacia pública federal desenvolvida e implantado;
3. Estratégia para fortalecimento da produção e gestão do conhecimento em áreas de atuação da advocacia pública federal desenvolvida e implantada;
4. Intercâmbio internacional de boas práticas na atuação finalística e gestão administrativa promovido;
5. Gestão eficiente do projeto realizada.

### 3. N° do resultado no PRODOC/PNUD

Esta consultoria contribui para o alcance do seguinte resultado: “3. Estratégia para fortalecimento da produção e gestão do conhecimento em áreas de atuação da advocacia pública federal desenvolvida e implantada”.

### 4. Produtos esperados e cronograma de entrega

Descrição dos Produtos	Prazo Acumulado (dias)	Pagamento (%)
<b>Produto 1:</b> Elaboração de plano de trabalho detalhado da consultoria, que conterá, no mínimo, cronograma de execução detalhado e descrição de metodologias e ferramentas a serem utilizadas, prevendo a possibilidade de ajustes no decorrer do processo de desenvolvimento dos produtos, conforme diálogo com a Advocacia-Geral da União.	<b>15</b>	8%
<b>Produto 2:</b> Diagnóstico sobre soluções inovadoras de compras públicas já existentes na administração pública brasileira que podem oferecer subsídios técnico-jurídicos para o desenvolvimento da modelagem da Vitrine Virtual de Compras Públicas.	<b>60</b>	12%
<b>Produto 3:</b> Relatório de identificação de procedimentos técnico-jurídicos essenciais para a criação da modelagem da Vitrine Virtual de Compras Públicas e elaboração de roteiro de desenvolvimento do projeto.	<b>120</b>	16%
<b>Produto 4:</b> Estudo propositivo de fluxos e procedimentos para a elaboração dos	<b>180</b>	16%

documentos técnicos e artefatos necessários para a formalização da modelagem da Vitrine Virtual de Compras Públicas, tendo em vista a articulação de órgãos e entidades envolvidos no projeto.		
<b>Produto 5:</b> Estudo propositivo com documentos técnicos e artefatos necessários à implementação da modelagem da Vitrine Virtual de Compras Públicas.	<b>240</b>	16%
<b>Produto 6:</b> Estudo propositivo de pontos de aprimoramento de atos normativos aplicáveis aos processos de trabalho da modelagem da Vitrine Virtual de Compras Públicas, de modo a viabilizar sua implementação.	<b>300</b>	16%
<b>Produto 7:</b> Plano de implementação de experiência piloto da Vitrine Virtual de Compras Públicas, com roteiro e cronograma.	<b>360</b>	16%
<b>TOTAL</b>	<b>360</b>	<b>100%</b>

Valor total do projeto: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

4.1. O prazo de execução dos trabalhos deve seguir o cronograma de entrega dos produtos, a partir da data de efetiva assinatura do contrato. A estimativa de início é 18 de setembro de 2023, mas esta data está sujeita a alterações de acordo com os trâmites do processo seletivo, da contratação e das tratativas iniciais com a Advocacia-Geral da União.

4.2. Uma vez entregues, os documentos serão submetidos à análise técnica e à aprovação final do Gabinete da Secretaria-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União.

4.3. Somente serão pagos os produtos que, efetivamente, atenderem tecnicamente às demandas exigidas neste Termo de Referência e que tiverem a qualidade exigida para a consultoria.

## 5. Atividades complementares que deverão ser executadas

As atividades da consultoria serão desenvolvidas sob supervisão da Secretaria-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, com o apoio do PNUD, em diálogo com a Consultoria-Geral da União e articulação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, além de demais órgãos e entidades parceiras que se envolverem no desenvolvimento do projeto.

Dentre as atividades previstas, estão incluídas:

- a. Levantar e avaliar as responsabilidades, condicionantes e eventuais impactos, riscos e dificuldades de todas as partes (*stakeholders*) envolvidas para adoção dos aperfeiçoamentos propostos, inclusive com revisão do acervo de normas vigentes;
- b. Produzir subsídios de avaliação com relação à necessidade de alterações normativas para a implementação, pela AGU, das medidas propostas;
- c. Participar de reuniões e estabelecer interlocuções com membros e servidores da AGU, além de servidores de órgãos e entidades assessorados, quando necessário, para obter

- informações que propiciem a construção dos produtos;
- d. Realizar reuniões com as equipes responsáveis para a transferência de conhecimento nas matérias relacionadas a esta consultoria;
  - e. Realizar apresentação de produtos intermediários e finais para equipes técnicas envolvidas;
  - f. Realizar apresentação final da consultoria para equipes técnicas envolvidas.

## 6. Local de Trabalho

Presencialmente, em Brasília/DF.

## 7. Disponibilidade para viagens e despesas decorrentes

A pessoa contratada deverá ter disponibilidade para eventuais viagens, quando necessárias para a elaboração dos produtos. Nesses casos, as despesas com deslocamento e estadia serão custeadas pelo projeto, mediante aprovação dos supervisores.

## 8. Processo seletivo

As regras sobre o processo seletivo estão previstas no Anexo I deste Termo de Referência.

## 9. Considerações Finais

A contratação será conduzida pela Secretaria-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, com apoio do PNUD, conforme normas do organismo (seleção simplificada) e legislação brasileira (Decreto nº 5.151/2004 e Portaria MRE nº 08/2017).

*De acordo com as regras das Nações Unidas e com o art. 7º do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do DF ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.* Há exceção nos casos de professor universitário, conforme alínea “b” do inciso XVI do art. 37 da Constituição, desde que o contratado esteja sujeito a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade, e haja declaração do dirigente máximo da entidade ou órgão de origem afirmando a inexistência de incompatibilidade de horários e de prejuízo às atividades exercidas na instituição de ensino.

O processo seletivo está aberto para participação de pessoas estrangeiras e brasileiras, residentes tanto no Brasil quanto no exterior. É de responsabilidade da pessoa contratada a adequação às normas de permanência e autorização para trabalho no país, incluindo o visto para estrangeiros.

É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade responsável pela contratação ou de servidores que atuarem no processo seletivo.

A execução dos trabalhos não implica relação de emprego ou vínculo trabalhista, de modo que não há subordinação jurídica, conforme o § 9º do art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O contratado firmará termo de confidencialidade. A utilização ou revelação de quaisquer dados e informações obtidas no âmbito da realização da consultoria, sem autorização do contratante, ensejará rescisão e apuração de responsabilidade administrativa, criminal e cível.



Os direitos autorais patrimoniais sobre os entregáveis apresentados na presente contratação serão cedidos integralmente à AGU, podendo ser utilizados incondicionalmente, de acordo com sua conveniência e oportunidade. As peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo contratado, inclusive originais e arquivos em meio digital, independentemente dos meios de informação em que se encontrem, pertencerão exclusivamente à AGU, sendo incorporadas ao acervo do projeto, e deverão ser entregues antes da data de término do contrato.

## ANEXO I

### Processo seletivo

As pessoas interessadas no processo seletivo deverão se inscrever por meio do envio de currículo para o endereço eletrônico [cgist.sga@agu.gov.br](mailto:cgist.sga@agu.gov.br), obrigatoriamente utilizando o modelo P11 (disponível no site: <http://phf.undp.org.br/SignIn/Index?ReturnUrl=%2f>), com o título “**Processo Seletivo – CONSULTORIA – VITRINE DE COMPRAS PÚBLICAS**”, até o dia **21 de agosto de 2023**.

Serão desclassificadas as pessoas que não possuírem a qualificação obrigatória, que não comparecerem à entrevista agendada por correio eletrônico com 2 (dois) dias úteis de antecedência, ou que descumprirem outra exigência deste Termo de Referência.

A seleção terá uma etapa de análise curricular e uma etapa de entrevistas, com pontuação máxima de 100 pontos, conforme detalhamento abaixo.

*Tabela 1 – Análise curricular*

<i>Qualificações obrigatórias/eliminatórias e pontuáveis</i>	<i>Pontuação</i>
Especialização, Mestrado ou Doutorado em Administração, Direito, Gestão Pública ou áreas correlatas  Critério: apresentação de documento comprobatório do curso concluído de maior pontuação, sendo 15 pontos para especialização, 20 pontos para mestrado ou doutorado.	Até 20 pontos
Experiência profissional comprovada mínima de dois anos na administração pública.  Critério: apresentação de documento comprobatório de experiência profissional (5 pontos por ano de experiência profissional).	Até 15 pontos
<i>Qualificações desejáveis e pontuáveis</i>	<i>Pontuação</i>
Experiência profissional comprovada com projetos/iniciativas de inovação voltados à gestão pública.  Critério: apresentação de documento comprobatório de experiência profissional (5 pontos por ano de experiência profissional).	Até 20 pontos
Experiência profissional comprovada com projetos/iniciativas relacionados a tecnologia da informação.  Critério: apresentação de documento comprobatório de experiência profissional (5 pontos por ano de experiência profissional).	Até 15 pontos
<b>Pontuação total máxima (fase de avaliação curricular)</b>	<b>70 pontos</b>

O mesmo período de tempo pode pontuar cumulativamente em dois critérios de seleção diferentes, de acordo com documentação comprobatória a ser apresentada na fase de contratação.

Serão convocadas para a etapa de entrevista no mínimo 3 e no máximo 5 candidaturas melhor classificadas na etapa de análise curricular. Caso não haja 3 pessoas habilitadas, o prazo de inscrições será reaberto.

Na entrevista, as notas serão calculadas conforme tabela a seguir.

*Tabela 2 – Entrevista*

<b>Itens de avaliação</b>	<b>Pontuação</b>
Conhecimento acerca dos temas relacionados ao objeto da consultoria	Até 20 pontos
Comunicação em português (objetividade, organização, coesão e assertividade da fala)	Até 10 pontos
<b>Pontuação total máxima (fase de entrevista)</b>	<b>30 pontos</b>

Em caso de empate, o desempate obedecerá aos seguintes critérios, em ordem: (i) nota da entrevista; (ii) avaliação curricular; (iii) sorteio.

A apresentação de recurso contra o resultado do processo seletivo deve ocorrer por envio de mensagem ao mesmo correio eletrônico usado para a inscrição, no prazo de dez dias da data em que a pessoa teve ciência da decisão, conforme o disposto na Lei nº 9.784, de 1999.

A pessoa candidata selecionada será convocada a comprovar os requisitos pontuados no processo seletivo, sua habilitação profissional (quando necessária), documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso apresente documentação incompleta, descumpra o prazo indicado ou caso tenha restrições que impeçam a adequada execução do contrato, a pessoa poderá ser desclassificada e será convocada a próxima da lista de classificação.